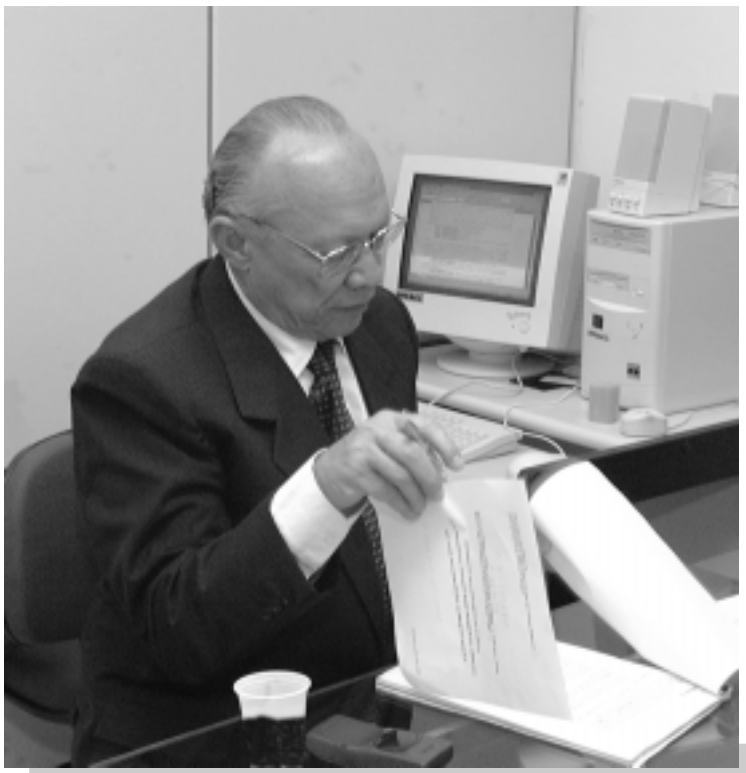
# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano V – Nº 895 – Brasília, segunda-feira, 14 de junho de 1999


# CPI decide amanhã novas etapas da investigação

Senador João Alberto, relator da comissão que apura irregularidades no sistema financeiro, está convencido de que a operação de venda de dólares abaixo da cotação será anulada



João Alberto já tem o relatório preliminar pronto, mas aguarda cruzamento dos dados obtidos com quebra de sigilo bancário e telefônico

A CPI do Sistema Financeiro deverá decidir amanhã os novos passos da investigação e os depoimentos a serem tomados nos próximos dias. Alguns senadores sugerem que sejam cancelados oito depoimentos relacionados com o Proer. Mas os senadores Roberto Requião e Eduardo Suplicy apresentaram requerimento para que a comissão apure a compra de títulos da dívida externa pelo Bamerindus, um dia após sofrer intervenção.

O relator da CPI, senador João Alberto, disse que vai pedir ao Tribunal de Contas da União a apuração do prejuízo sofrido pelo BC com a venda de dólares a preços favorecidos aos bancos Marka e FonteCindam. E garantiu: "Não tenho dúvidas de que a operação de venda de dólares será anulada".

Página 5

## Senado discute indenização por acidente de trabalho

Página 3

## CAS

### Parente fala sobre recursos para área social

A Comissão de Assuntos Sociais recebe na quarta-feira o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente. Ele discutirá a aplicação de recursos na área social.

Página 3

## CE

### Projeto reserva vagas no ensino superior

Comissão de Educação aprecia amanhã proposta que reserva metade das vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede estatal.

Página 2

## CAE/CCJ

### Senadores buscam solução para precatórios

Proposta que permite negociação de títulos emitidos para pagar precatórios será examinada pelas comissões de Justiça e de Assuntos Econômicos.

Página 5

## CCJ

### Filiação partidária volta a debate

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania retoma na quarta-feira a apreciação do projeto que aumenta os prazos de filiação partidária.

Página 4

## CPI DO JUDICIÁRIO

CPI do Judiciário foi instalada em abril e já ouviu 40 testemunhas

### Comissão está apurando sete denúncias

Em dois meses de trabalho, a CPI do Judiciário dedicou-se a apurar sete denúncias, ouvindo 40 testemunhas. Estão em investigação suspeitas de superfaturamento de obra do TRT-SP; contratações sem licitação no TRT-PB e no TRT-RJ; indenização milionária concedida pela Justiça do Pará; venda de alvarás no Amazonas; tráfico de crianças em Jundiaí (SP); e dilapidação de herança sob administração judicial no Distrito Federal.

Página 5

# CE examina reserva de vagas de universidades para escolas públicas

## Projeto do senador Antero Paes de Barros tem parecer favorável do relator

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), aprecia amanhã, em reunião extraordinária, às 11h30, uma pauta de 23 itens, entre os quais um projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino. O parecer do relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), é favorável à matéria.

Antero quer garantir 50% das vagas a alunos de escolas públicas

Pela proposta de Antero de Barros, as universidades públicas ficam obrigadas a reservar, anualmente, 50% de suas vagas para alunos que tenham cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em escola pública. Por outro lado, o candidato só terá direito a vaga se aprovado no processo seletivo e classificado dentro do percentual acima do estabelecido.

O primeiro item da pauta da Comissão de Educação (CE) para a reunião de amanhã é a designação dos membros para a composição da Subcomissão de Rádio e Televisão, destinada a analisar o conteúdo dos programas das emissoras de rádio e TV. A subcomissão foi criada por requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e terá nove senadores.

Também está na pauta da Comissão de Educação projeto da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotografias com identificação e número telefônico para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados. O parecer do senador Amir Lando (PMDB-RO) é pela aprovação da proposta.

**AEROPORTO**

Um projeto da senadora Heloísa Helena (PT-AL), alterando o nome do aeroporto de Maceió para Aeroporto Campo dos Palmares – Zumbi e Dandara, também será analisado pela Comissão de Educação. A pauta inclui ainda proposta da senadora Marina Silva (PT-AC) denominando a sala da Comissão de Assuntos Sociais de "Florestan Fernandes". As duas matérias têm pareceres favoráveis dos senadores Marina Silva e Artur da Távola (PSDB-RJ), respectivamente.

Ainda na reunião de amanhã, a CE vai deliberar sobre seis projetos de decreto legislativo que renovam a concessão de funcionamento de emissoras de rádio em Miranópolis, Vitória, Aparecida, Goioerê, Arapongas, Altinópolis e São Joaquim.

# Suplicy quer comparecimento de padre e Campelo à CCJ

O senador Eduardo Suplicy anunciou no início da noite de sexta-feira que vai apresentar hoje à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) requerimento para que o diretor escolhido da Polícia Federal, João Batista Campelo, e o professor e ex-padre José Antônio Monteiro, que acusou o policial de ter sido torturador durante o regime militar, compareçam à comissão, a fim de se dirimirem dúvidas e esclarecer a verdade.

# AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 1999

## PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

## PLENÁRIO

Terça-feira (15.6.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 26/96, que dispõe sobre a indenização a companheira ou companheiro, no caso de acidente de trabalho ou de transporte, com morte do segurado da Previdência Social; *PR nº 58/99, que altera a redação do inciso IV do parágrafo 1º do art. 2º da Resolução nº 78/98; *PDL nº 12/98, aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira, celebrado entre o Brasil e a Alemanha; *PDL nº 13/99, aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Brasil e a Rússia; e *Requerimento nº 287/99, do senador Romeu Tuma, solicitando que sobre o PDL nº 34/93, que aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Quarta-feira (16.6.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PDL nº 22/99, aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica Tecnológica, celebrado entre o Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; *PDL nº 24/99, aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal, celebrado entre o Brasil e a Colômbia; e emenda da Câmara ao *PLS nº 307/95, altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 972/69, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.

Quinta-feira (17.6.99)
10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PDL nº 25/99, aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os governos integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas; e *PDL nº 30/99, aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre os seus Respectivos Territórios e Além, celebrado entre Brasil e África do Sul.

Sexta-feira (18.6.99)
9h - Sessão não deliberativa

## COMISSÕES

Terça-feira (15.6.99)
10h - Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos
Pauta: *PR nº 6/99, altera o artigo 12 da Resolução nº 78/98, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização.
Local: *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

11h30 - Comissão de Educação
Pauta:
Item 1 - Designação dos membros para composição da Subcomissão de Rádio e Televisão
Item 2 - *PLS nº 225/99, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; *PLS nº 144/99, que dispõe sobre a veiculação de Programação Educativa para Crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão), e estabelece sanções pelo seu descumprimento; *PLS nº 245/96, que dispõe sobre a proteção ao Patrimônio Fossilífero; *PLS 43/99, revoga o art. 2º da Lei nº 9.191/95, altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; *PLS nº 236/96, que dispõe sobre a Educação Profissional em Nível Nacional; *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 22/99, que denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; *PLS nº 298/99, que estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino; *PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; *PLS nº 264/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; *PLS nº 252/99, modifica a Lei nº 9.766/98, que altera a legislação do salário-educação; *PLS nº 96/99, que incentiva os meios de comunicação social, empresas de transportes e outras a publicar fotografias com identificação e número telefônico para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados; *PLS nº 36/99, altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91; *PLS nº 314/99, que denomina "Aeroporto Campo dos Palmares - Zumbi e Dandora" o aeroporto Campo dos Palmares, em Maceió (AL); *PRS nº 119/96, que denomina "Florestan Fernandes" a sala da Comissão de Assuntos Sociais; e *Projetos de Decreto Legislativo nºs 50/99, 51/99, 52/99, 68/99, 69/99, 96/99 e 104/99, que tratam de renovação de concessão para emissoras de rádio.
Local: *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

17h - CPI do Judiciário
Oitiva: Beatriz Aparecida Naves Pacelle, advogada (Brasília)
Local: *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

Quarta-feira (16.6.99)
10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Audiência pública com o ministro de Estado do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, para que sejam discutidos os recursos do orçamento da União para a área social, em particular aqueles obtidos com o suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento, através da disponibilização externa para alívio da pobreza.
Local: *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e a outros sistemas de informações de órgãos públicos; *PLS nº 187/99, que modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; PR nº 39/99, que convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas Resoluções nºs 44/98 e 45/98, do Senado Federal, e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas; *PEC nº 10/99, que dá nova redação ao parágrafo 5º do art. 14 da Constituição federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos; *PLS nº 57/99, que altera o art. 150 da Lei nº 4.737/65, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico; *PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro; *PLC nº 22/99, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial no processo criminal; *PLS nº 10/99, que altera dispositivo da Lei nº 6.811/80, sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246/67; *PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; *PR nº 13/99, que dá nova redação aos arts. 337 e 341 do Regimento Interno do Senado Federal; *PLS nº 178/99, altera a Lei nº 4737/65, que institui o Código Eleitoral, e a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, a fim de proibir coligações nas eleições proporcionais; *PLC nº 75/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; e *PLS nº 158/99, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.
Local: *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

16h30 - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Michael Francis Geoghegan, diretor-presidente do Banco HSBC
Local: *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

17h30 - Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Investigação de Casos de Exploração do Trabalho e Prostituição Infanto-Juvenis
Pauta: Audiência pública com Vanda Engel Aduan, secretária de Assistência do Ministério da Previdência e Assistência Social.
Local: *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

## ESPECIAL

Quarta-feira (16.6.99)
12h - Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Vidas em Jogo*, de David Fincher
Local: *Auditório Petrônio Portella*

**JORNAL DO SENADO** www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

*Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações*

# Comissão analisa sete casos suspeitos em 45 dias

Já foram ouvidas 40 testemunhas, que relataram detalhes de denúncias envolvendo os tribunais regionais do Trabalho da Paraíba, de São Paulo e do Rio de Janeiro, além do Poder Judiciário do Amazonas, do Pará e do Distrito Federal

Em dois meses de trabalho, a CPI do Judiciário se dedicou à investigação de sete casos de suspeitas de irregularidades no Poder Judiciário. Foram ouvidas 40 testemunhas que relataram detalhes de casos envolvendo os tribunais regionais do Trabalho da Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro, o Poder Judiciário do Amazonas, do Pará e do Distrito Federal, além da Vara da Infância e Adolescência de Jundiaí (SP). A seguir, um resumo das investigações.

**TRT-SP –** A construção do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento de São Paulo é o principal ponto analisado pela comissão. A obra, até hoje inacabada, consumiu cerca de R$ 230 milhões. A CPI já ouviu o ex-presidente do TRT-SP, Nicolau dos Santos Neto, responsável pela obra, além de outros ex-presidentes do tribunal. Depôs também o ex-genro de Nicolau, Marco Aurélio Gil, que o acusou de se apropriar de recursos públicos e de ostentar sinais exteriores de riqueza incompatíveis com seus vencimentos de magistrado.

**TRT-PB –** A CPI investiga diversas denúncias envolvendo a administração do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba. Nepotismo, irregularidades na aquisição de imóveis, apropriação indébita de recursos públicos e compras sem licitação são algumas das denúncias, feitas pelo técnico judiciário do tribunal, Antônio de Pádua Pereira Leite.

**TRT-RJ –** Os senadores apuram denúncias de contratações sem licitação, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, durante a gestão do então presidente José Maria de Mello Porto, entre 1992 e 1994.

**INDENIZAÇÃO MILIONÁRIA –** Consta também do requerimento de criação da CPI, assinado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a apuração das circunstâncias que levaram a Justiça do Pará a condenar o Banco da Amazônia a pagar indenização de R$ 81 bilhões em favor de uma madeireira. Para exemplificar o absurdo da indenização, o relator da CPI, Paulo Souto (PFL-BA), disse que o valor equivale a quatro vezes o patrimônio da Petrobrás.

**ALVARÁS DE SOLTURA –** Segundo denúncias que chegaram à CPI, confirmadas por membros do Ministério Público do Amazonas, o Tribunal de Justiça do estado concedeu alvarás de soltura ilegais para traficantes. Segundo o depoimento do procurador João Bosco Valente, o desembargador Daniel Ferreira usou argumentos jurídicos "totalmente inconsistentes" para justificar os alvarás.

**CRIANÇAS DE JUNDIAÍ –** Os senadores suspeitam que o ex-juiz da Vara da Infância de Jundiaí, Luiz Beethoven, tenha montado um esquema para retirar o pátrio poder de mães no município e possibilitar adoções de crianças, principalmente para o exterior.

**HERANÇA DILAPIDADA –** O caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, cuja herança deixada por seu pai, o empresário Washington Nominatto, teria sido dilapidada no decorrer do processo de inventário, foi o primeiro fato novo investigado. De acordo com o advogado Luiz Octávio Amaral, que defendeu a mãe do menor, da herança estimada em R$ 30 milhões, restaram apenas 3%.

A principal denúncia investigada pela comissão é a de irregularidades na construção de prédio do TRT-SP

## Denúncia sobre herança que teria sido dilapidada abre os depoimentos da semana

A CPI do Judiciário ouve amanhã a advogada Beatriz Aparecida Pecelle, que atuou em processo semelhante ao do menor Luiz Gustavo Nominatto, cuja herança deixada por seu pai, o empresário Washington Nominatto, teria sido dilapidada durante o processo de inventário. Ambos os casos foram julgados pelo então juiz e hoje desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Asdrúbal Cruxen.

A CPI já ouviu a mãe do menor, os advogados que atuaram em sua defesa e o contador do Consórcio Nacional Itapemirim, uma das empresas de Washington Nominatto.

Na quarta-feira, depõe o contador Esdras Augusto Carvalho, do Centro de Orientação do Menor de Jundiaí (Comej). A CPI vem investigando indícios de irregularidades nas adoções de menores no município paulista. O Comej é suspeito de ter recebido recursos internacionais para intermediar as adoções.

Na quinta-feira, os senadores ouvem Antonio Almério Ferreira Marra, que vendeu um terreno para abrigar a sede do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba. Segundo o subprocurador da República na Paraíba, Eithel Pereira, o imóvel, que custou R$ 710 mil, foi superfaturado. Eithel contou que o imóvel foi avaliado pela Delegacia de Patrimônio da União em R$ 588 mil e pelo leiloeiro oficial do estado em R$ 470 mil.

## Indenização por morte vai a votação

O Senado decide amanhã, em regime de urgência, projeto de lei dispondo sobre a indenização à companheira ou companheiro, no caso de acidente de trabalho ou de transporte, com morte do segurado da Previdência Social. Os relatores do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foram a ex-senadora Benedita da Silva (atual vice-governadora do Rio de Janeiro) e José Eduardo Dutra (PT-SE), ambos favoráveis à matéria.

No mesmo dia, o plenário delibera sobre projeto do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) alterando a Resolução 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal, municípios e suas autarquias e fundações. O parecer do relator, senador Luiz Estevão (PMDB-DF), é favorável.

Dutra se manifestou pela aprovação do projeto de lei que indeniza companheira de segurado do INSS

Dois acordos também devem ser votados, um de cooperação cultural e educacional, celebrado entre o Brasil e a Rússia, e o outro, de cooperação fiinanceira, celebrado com a Alemanha. Também será votado requerimento de Romeu Tuma (PFL-SP) para que a CAS seja ouvida sobre o texto da Convenção nº 169 da OIT, relativa aos povos indígenas.

Na quarta, o Senado delibera sobre emenda da Câmara ao projeto de lei do Senado que altera o decreto-lei referente ao exercício da profissão de jornalista e vota os textos do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado com a Grã-Bretanha, e sobre o Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal, firmado com a Colômbia.

Quinta-feira, entram em pauta mais dois acordos internacionais: o Acordo de Cooperação entre os Governos Integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para o Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes, e sobre serviços aéreos, celebrado com a África do Sul.

## Senado promove debate sobre exploração do trabalho infantil

A secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), Vanda Engel Aduan, participa na próxima quarta-feira, às 17h30, de uma audiência pública com a finalidade de prestar informações a respeito das ações de assistência, acompanhamento, investigação e repressão prestadas pelo MPAS.

Será a primeira reunião da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Investigação de Casos de Exploração do Trabalho e Prostituição Infanto-Juvenis.

No último dia 2, Vanda Aduan esteve em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na oportunidade, ela disse que os recursos destinados à área de assistência social do governo são investimentos, e não gastos. Foi durante o debate que a secretária de Assistência Social aceitou o convite da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) para participar de debate na Subcomissão de Exploração do Trabalho e Prostituição Infanto-Juvenis.

A subcomissão, ligada à CAS, é presidida pela senadora Marluce Pinto, que também foi autora do requerimento solicitando a sua instalação. A vice-presidente é a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e a relatora, a senadora Heloísa Helena (PT-AL). Também fazem parte da subcomissão os senadores Luiz Estevão (PMDB-DF), Geraldo Althoff (PFL-SC), Osmar Dias (PSDB-PR), Tião Viana (PT-AC) e Emilia Fernandes (PDT-RS).

## Parente participa de audiência pública na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza amanhã, a partir das 10h, audiência pública com o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente. Ele discutirá com os senadores a fixação dos recursos do Orçamento da União para a área social, devendo explicar a aplicação dos valores obtidos com o suporte de bancos multilaterais de desenvolvimento, que realizam financiamentos externos para combater a pobreza.

A convocação do ministro foi feita a requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL), a qual entende que, nos últimos anos, a política social do governo vem-se apoiando nos recursos desses bancos multilaterais. "A audiência possibilitará avaliar o impacto dessa ajuda sobre as políticas para a área social", afirmou a senadora.

# Eduardo sugere mais diálogo do governo com os parlamentares

Para senador pelo Tocantins, o presidente da República poderia evitar "muitos escândalos" se tivesse o hábito de se encontrar regularmente com deputados federais e senadores

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) defendeu uma maior articulação política do presidente da República com parlamentares de todos os partidos. Segundo ele, se Fernando Henrique Cardoso mantivesse encontros periódicos com senadores e deputados, "muitos escândalos poderiam ser evitados". O senador acha, também, que os governadores devem unir-se a fim de encontrar um caminho para a superação da atual crise brasileira.

Eduardo Siqueira Campos fez esses comentários ao aplaudir artigo do jornalista Roberto Smeraldi, intitulado "Ir ao Acre e aprender", publicado pelo *Correio Braziliense* nesta sexta-feira. De acordo com o senador, o governo acreano vem trocando experiências administrativas com outros estados, o que está trazendo imensos benefícios à população.

– O Acre escolheu, de forma até radical, o caminho da iniciativa autônoma mediante cortes drásticos e reorientação de recursos próprios para atividades básicas nas áreas de saúde, educação, emprego, meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais. Só na semana passada, foram anunciados investimentos de R$ 40 milhões por meio de recursos do estado – afirma o jornalista, em trecho lido pelo senador. Eduardo Siqueira Campos pediu a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo de Smeraldi.

O senador Tião Viana (PT-AC), em aparte, disse que o governador do Acre, Jorge Viana, está buscando uma nova opção de crescimento para o estado, baseada no desenvolvimento sustentado. E salientou que o artigo de Roberto Smeraldi, que é coordenador do Programa Amazônia, da entidade ambientalista Amigos da Terra, "é motivo de orgulho para o Acre".

Ao retomar a palavra, Eduardo Siqueira Campos garantiu que o governo do Tocantins vem dando exemplos para o país em várias áreas, como educação, saúde e apoio à criança. O senador citou o programa Saúde Comunitária, que está sendo desenvolvido no interior do estado, com a participação de 68 médicos cubanos que estão morando no Tocantins. "Eles vestiram a camisa do governo Siqueira Campos", concluiu o senador. Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) aplaudiu o governo Siqueira Campos.

Eduardo Siqueira Campos elogiou as ações dos governos do Acre e do Tocantins

# Patrocínio elogia ações contra trotes em calouros

A proibição do trote na Universidade de São Paulo (USP) levou o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) a pedir maior rigor contra a violência entre os jovens nas escolas.

O senador lembrou que a decisão do reitor da USP, Jacques Marcovitch, foi tomada em função da morte do calouro do curso de medicina Edson Tsung, por afogamento, durante um trote considerado violento pelos promotores que investigam o caso. Além da alegação dos envolvidos em trotes agressivos de que tudo não passa de brincadeira, a impunidade dos agressores é facilitada pelo "silêncio atemorizado dos demais estudantes", de acordo com Patrocínio. "Impunes e acobertados pelo sigilo, alunos mais velhos e desajustados continuarão satisfazendo as próprias tendências sádicas", lamentou o senador.

Carlos Patrocínio aproveitou para elogiar iniciativas mais recentes destinadas a civilizar os rituais de ingresso dos alunos nas universidades.

Ele citou o "trote cidadão", que surgiu em São Paulo em 1998 e aos poucos está se espalhando pelo país. Os alunos da Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, organizaram um trote que consiste na formação de duplas (um veterano e um calouro) para a prestação de serviços, como assistência odontológica, à população de áreas carentes.

Conforme o senador, a melhoria do ambiente nas universidades é tarefa fundamental, sem a qual não será possível dar aos jovens o sentido pleno da responsabilidade que deles será exigida no momento em que se tornarem líderes e dirigentes nos setores público e privado.

Carlos Patrocínio condenou o "sadismo" de certos trotes promovidos em universidades

# Alcântara manifesta ao PT pesar por morte de militantes

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou pesar pela morte da assessora de imprensa do presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva – Elizabeth Gomes de Lima –, e do ex-deputado Otaviano de Carvalho, em acidente ocorrido na região norte do Espírito Santo. Alcântara explicou que o acidente aconteceu quando havia vários carros parados na estrada devido a uma outra colisão. Os assessores viajavam em um Fiat *Tipo* que foi atingido por um caminhão em alta velocidade. Os dois veículos pegaram fogo, causando a morte da jornalista e do ex-deputado. O ex-secretário de Justiça Perly Cipriano sofreu queimaduras de terceiro grau e foi hospitalizado.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) informou que veículos equipados com ignição eletrônica correm alto risco de vazamento de combustível e incêndio quando há colisões e que, na Europa, os automóveis já são equipados com dispositivos que diminuem esse risco. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em nome do PT, agradeceu a manifestação de Alcântara e também expressou seu pesar pela morte de Otaviano e Elizabeth.

# Tebet defende novos rumos para economia

Para Tebet, invasões do MST indicam descompasso entre economia e sociedade

Baseado em pesquisa de opinião realizada pelo Ibope por encomenda do PMDB, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu a necessidade de modificação da política econômica no Brasil. Segundo o senador, a pesquisa demonstrou que 67% da população quer que o PMDB se empenhe nessa mudança, pois tem como maior preocupação o aumento contínuo dos índices de desemprego. "É preciso dar rumos à economia do país", afirmou.

Tebet disse que a pesquisa apontou um grande crescimento do emprego informal, que abrange o comércio de camelôs e outros serviços. Segundo ele, o crescimento chegou a tal ponto que não é mais possível condenar esse tipo de trabalho, pois já se pode considerar tal prática como autodefesa.

– No Mato Grosso do Sul, cresce à beira das estradas o número de brasileiros que montam barracas de lona na esperança de conseguir um lugar para morar ou um pedaço de terra para produzir – informou.

As invasões de propriedades produtivas pelo Movimento dos Sem Terra (MST) também foram apontadas por Ramez Tebet como um indicador de que a política econômica está no caminho oposto ao desejado pela sociedade brasileira.

– O Brasil é um país rico que precisa apenas definir políticas para a economia, para os setores agrícola, de turismo e para as micro e pequenas empresas – acrescentou.

# CCJ retoma debate da filiação partidária

O projeto de lei de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que amplia o prazo para filiação partidária volta a ser discutido na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria foi relatada favoravelmente pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE) e tem voto em separado, pela rejeição, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

A proposta estabelece que, para concorrer a cargo eletivo, o candidato deverá estar filiado ao partido pelo prazo mínimo de um ano. Se o candidato já for filiado a outro partido, esse prazo aumenta para quatro anos. Nos casos de fusão, incorporação partidária ou fundação de um novo partido, a exigência de prazo de filiação não será considerada. A votação do projeto estava prevista para a última quinta-feira, mas foi pedida vista coletiva. Assim, os senadores têm o prazo regimental de cinco dias para analisar a matéria.

Jorge Bornhausen defende ampliação do prazo de filiação para restringir trocas de partido

Outro ponto da pauta relacionado com o sistema eleitoral é a proposta de emenda constitucional, de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que suprime a reeleição para o cargo de prefeito e prevê a desincompatibilização no caso de governador e presidente. O relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), emitiu parecer pela aprovação.

A comissão analisa ainda outro projeto de Dutra. É o que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi). O relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO), elaborou parecer favorável, na forma de substitutivo. Na última reunião da CCJ, o senador Sérgio Machado pediu vista do projeto.

# Relator pedirá ao TCU que apure prejuízo do BC

O senador João Alberto vai propor ao tribunal que promova uma tomada de contas no Banco Central, com o objetivo de determinar o valor a ser ressarcido aos cofres públicos pela venda de dólares aos bancos Marka e FonteCindam

No relatório preliminar que apresentará à CPI do Sistema Financeiro, o senador João Alberto (PMDB-MA) vai propor que o Tribunal de Contas da União (TCU) faça uma tomada de contas especial no Banco Central, com a finalidade de estabelecer qual foi o prejuízo que o BC teve com a venda de dólares, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam, em janeiro, às vésperas da liberação cambial.

O relator vai sugerir à CPI que as operações sejam consideradas nulas e o Banco Central seja ressarcido dos prejuízos e, por isso, é preciso quantificar seu valor. Alguns parlamentares calcularam que o BC teve prejuízo superior a R$ 1,5 bilhão, enquanto funcionários do Banco Central admitiram à CPI que a operação custaria cerca de R$ 40 milhões se a política de bandas cambiais tivesse sido mantida.

Em entrevista à imprensa, na sexta-feira, o senador João Alberto reafirmou que, na sua opinião, o ressarcimento deve ser feito "por diretores do Banco Central" e ex-controladores e dirigentes do Marka e do FonteCindam. O TCU deverá também apontar à CPI a quem cabe, na diretoria do BC, a responsabilidade pelas operações.

– Não tenho dúvidas de que a operação de venda de dólares será anulada – afirmou o relator.

O relatório preliminar da CPI já está pronto e só não foi apresentado por João Alberto a pedido do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), encarregados da análise de documentos obtidos com a quebra de sigilos bancário e telefônico dos investigados. Eles ainda não concluíram o cruzamento dos dados contidos nos documentos.

O senador João Alberto decidiu ainda encaminhar ao Ministério Público cópia de seu relatório parcial para que sejam tomadas medidas judiciais contra ex-diretores do Banco Central, da Bolsa de Mercadorias & Futuros e ex-controladores e dirigentes dos dois bancos privados. Para o relator, os ex-diretores do BC e da BM&F cometeram falsidade ideológica, por causa da carta enviada pela bolsa ao Banco Central pedindo intervenção do BC para solucionar os problemas do Marka e do FonteCindam.

A carta foi reescrita pela BM&F, com mudança em seus termos, a pedido do Banco Central. Além disso, o documento foi pedido pelo BC à BM&F quando o socorro aos dois bancos já estava decidido. E mais: o relator considera que diretores do BC mentiram à CPI, pois afirmaram que a venda dos dólares foi decidida depois de receberem a carta da BM&F.

João Alberto propõe ainda que uma cópia de seu relatório seja encaminhada ao BC, para providências "administrativas necessárias", evitando-se a repetição de fatos similares ao caso Marka-FonteCindam. A Polícia Federal também receberá uma cópia com todos os depoimentos tomados sobre a venda dos dólares, "a título de colaboração". A Polícia Federal também está investigando a operação.

João Alberto afirmou não ter dúvidas de que venda de dólares será anulada

## Comissão decide amanhã novos passos

Os senadores da CPI do Sistema Financeiro reúnem-se amanhã para discutir os rumos da comissão e decidir quais serão os próximos depoimentos. Alguns senadores, como o presidente da CPI, Bello Parga (PFL-MA), defendem que sejam cancelados oito depoimentos de presidentes de bancos que compraram outras instituições financeiras dentro do Proer.

Com isso, haveria apenas mais um depoimento sobre o Proer, o do presidente do HSBC, Michael Francis Geoghegan, marcado para quarta-feira. O HSBC foi o comprador de parte do Bamerindus, depois da intervenção decretada pelo BC.

Outros senadores, entre eles Jader Barbalho (PMDB-PA), querem manter os depoimentos sobre as operações do Proer. Jader manifestou, em entrevista à imprensa, que a CPI não pode deixar de investigar a denúncia do ex-controlador do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, de que o interventor do BC no banco comprou cerca de US$ 800 milhões em títulos da dívida externa brasileira um dia depois da intervenção. Vieira afirmou à CPI que a operação foi altamente danosa ao Bamerindus.

A investigação do Proer, conforme o requerimento de criação da CPI, objetiva saber por que o sistema financeiro continua com fragilidades, mesmo depois dos gastos de R$ 20,3 bilhões do programa de reestruturação do setor.

# CAE e CCJ analisam negociação de títulos emitidos para pagar precatórios

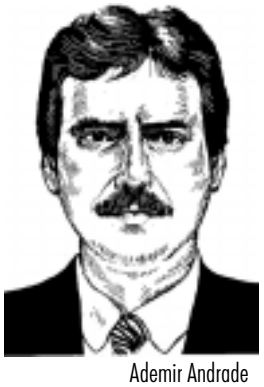
As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúnem amanhã, às 10h, para examinar o projeto de resolução do senador José Agripino (PFL-RN) que altera o artigo 12 da Resolução 78/98. A proposta permite a negociação de títulos emitidos para pagar precatórios que tiveram sua negociação suspensa por decisão da CPI que, em 1997, investigou irregularidades praticadas com esses papéis.

Caso as duas comissões aprovem o projeto de José Agripino, os estados e municípios que tenham esses papéis poderão voltar a negociá-los. Os relatores da matéria na CAE, Francelino Pereira (PFL-MG), e na CCJ, José Fogaça (PMDB-RS), têm pareceres favoráveis à iniciativa, mas este último apresentou um substitutivo.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou voto em separado favorável ao projeto, mas também nos termos de um substitutivo. A CAE e a CCJ são presididas, respectivamente, pelos senadores José Agripino e Ney Suassuna (PMDB-PB).

# Ademir solicita informação sobre cooperativa de crédito

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou na sexta-feira preocupação com recente resolução do Banco Central que disciplina a constituição e o funcionamento das cooperativas de crédito. A medida, a seu ver, dificulta o trabalho e restringe a atuação das cooperativas em todo o país. Ademir Andrade anunciou a apresentação de requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre o assunto.



Ademir Andrade

Segundo o senador, a nova resolução do BC pode "aniquilar" muitas cooperativas, que, em sua opinião, são importantes para o desenvolvimento do país e representam uma saída para os pequenos produtores, já que cobram juros baixos em relação aos bancos oficiais.

No requerimento, Ademir Andrade solicita informações sobre quais os critérios usados para a fixação de novos prazos e limites de capital, quantas cooperativas de crédito, cooperativas centrais e de crédito simples estão autorizadas a funcionar no país e qual a média, atualizada, do capital realizado e do patrimônio líquido ajustado das cooperativas que se encontram em funcionamento.

O senador quer saber, ainda, os critérios considerados pelo BC para a delimitação da área de atuação das cooperativas de crédito e quantas, quais são e em que região se localizam as cooperativas (centrais e singulares) que estão atualmente sob investigação do Banco Central. Ele pediu informações, também, sobre as 20 cooperativas de crédito com maior volume de inadimplência junto aos bancos oficiais.

Roberto Requião solicita informações sobre aquisição de US$ 800 milhões em títulos

Eduardo Suplicy também assinou o requerimento, ainda não votado pela CPI

## Requião e Suplicy querem detalhes sobre compra de títulos

Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentaram à CPI do Sistema Financeiro requerimento, ainda não votado, solicitando ao Banco Central todas as informações sobre a compra de aproximadamente US$ 800 milhões em títulos da dívida externa brasileira pelo Bamerindus, um dia depois da intervenção decretada pelo BC, no dia 26 de março de 1997. Os títulos foram oferecidos como garantia ao banco inglês HSBC na negociação de compra de parte do Bamerindus.

Requião e Suplicy querem detalhes das operações, com nomes de corretoras e detentores dos papéis no momento da compra. O ex-controlador do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, denunciou à CPI, na última quarta-feira, que a operação foi lesiva ao Bamerindus e suspeita que os títulos pertenciam ao próprio HSBC.

Os dois senadores apresentaram outros requerimentos solicitando ao BC todas as informações disponíveis sobre a venda de cada item do patrimônio do Bamerindus, sob intervenção. Querem ainda cópias de todos os contratos assinados entre os interventores do Bamerindus e o HSBC, bem como termos aditivos firmados posteriormente. Andrade Vieira afirmou à CPI que os aditivos ampliaram as vantagens e condições concedidas ao banco inglês na sua negociação com o Bamerindus sob intervenção.

Nabor Júnior critica reajustes de tarifas e contenção dos salários

# Nabor Júnior diz que aumento de tarifas dificulta vida do brasileiro

O aumento das tarifas públicas está dificultando a vida do cidadão brasileiro, pois o país ainda tem uma alta taxa de juros e passa por um processo de recessão econômica, afirmou na sexta-feira o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), em discurso no plenário.

Para o senador, "a tão festejada privatização da produção e distribuição de energia elétrica apresenta aquela face perversa que muitos temiam no país". Além de a privatização desse setor não ter apresentado os progressos prometidos ao consumidor, observou, os grupos estrangeiros que detêm o controle das empresas de energia elétrica decidiram aumentar os preços das tarifas em 21%. "Ainda estou impressionado com a afirmação do ministro de Minas e Energia de que o tarifaço visa garantir o equilíbrio econômico e financeiro das empresas donas do setor", acrescentou.

Nabor Júnior observou também que as empresas multinacionais que dominam a telefonia decidiram aumentar os preços das tarifas em 8,3%. Os combustíveis, devido a diversos aumentos e revisões na estrutura de preços, tiveram reajustes em torno de 26% desde janeiro deste ano.

Os planos de saúde, acrescentou o senador, já se movimentam pedindo autorização para aumentar suas faturas em quase 13%, e as escolas particulares também anunciaram aumentos de até 16% nas anuidades.

– Não resta, portanto, alternativa: o cidadão é obrigado a fazer todos os sacrifícios e pagar os serviços privados de assistência médico-hospitalar e de educação para sua família, pois não pode contar com o Estado. E vê, tomado por medo e impotência, articulações para novos aumentos de preços – afirmou.

Nabor Júnior disse ainda que os salários estão comprimidos há muitos anos, principalmente os do funcionalismo público, que está entrando em seu quinto ano sem aumento. A categoria dos servidores, acrescentou o senador, está "privada de qualquer reajuste que lhe permita enfrentar a elevação dos preços e tarifas".

# Arruda alerta que Furnas perderá valor se for dividida

## Senador pede ao governo a adoção de um modelo de privatização da empresa "apoiado no mercado acionário"

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) propôs na sexta-feira, no plenário, que o governo reveja o plano de dividir Furnas Centrais Elétricas para viabilizar sua privatização, sob pena de o país perder "um alto valor agregado que essa empresa gerou ao longo de 43 anos". O parlamentar sugeriu o estudo de "um modelo apoiado no mercado acionário" para permitir a venda da empresa sem desmembrá-la.

Arruda lembra que Furnas tem alta tecnologia e gera resultado anual de meio bilhão de reais

Depois de lembrar que Furnas tem um padrão de alta tecnologia e gera um resultado positivo anual da ordem de meio bilhão de reais, além de responder por 75% do abastecimento de energia no Rio de Janeiro, quase 100% do Distrito Federal e 60% da região Sudeste, Arruda alertou o governo de que a divisão da companhia em uma empresa de transmissão e duas de geração "provocaria a perda de seu alto valor agregado e acabaria gerando uma receita menor do que se fosse vendida íntegra".

O senador destacou sua condição de integrante do PSDB e da base de sustentação parlamentar do governo, mas enfatizou a importância "da contribuição com críticas construtivas" e lembrou pronunciamento feito pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG) nessa mesma linha. Ele destacou, ainda, que o fato de outras grandes privatizações brasileiras não terem seguido um modelo via mercado acionário indicaria a possibilidade de real de a pulverização do capital de Furnas ser feita em lotes que atraíssem também grandes investidores.

Arruda também alertou o governo para a importância da Eletronorte, "que não pode ser privatizada como uma empresa do setor elétrico, pois representa na verdade uma agência de desenvolvimento para a região Norte do país". Em aparte, o senador José Fogaça (PMDB-RS) apoiou o pronunciamento de Arruda e lembrou a experiência desenvolvida pelo programa de privatização inglês.

# *Lauro considera venda de estatais uma doação*

A venda das empresas estatais foi uma doação do patrimônio público a empresários, na opinião do senador Lauro Campos (PT-DF). Em discurso na sexta-feira, Lauro Campos criticou especialmente a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que, segundo ele, usou R$ 4 bilhões em recursos públicos para financiar os compradores das empresas do sistema Telebrás.

– Esse Papai Noel dos ricos já deveria ter sido destruído ou privatizado – pregou o senador.

Lauro Campos citou o episódio das fitas gravadas com as negociações prévias ao leilão da Telebrás para afirmar que a direção do BNDES tentou favorecer o Banco Opportunity na venda da Tele Norte-Leste. Ele defendeu a gravação e a divulgação das fitas, por entender que são documentos reveladores sobre o processo.

– As fitas com detalhes da vida privada dos dirigentes do BNDES devem ficar em segredo – ressalvou.

Os danos causados ao país pela privatização antecedem a venda das teles, segundo o senador. Antes de passar as empresas de energia elétrica à iniciativa privada, por exemplo, o governo propagou a idéia de que as estatais do setor eram ineficientes. De acordo com Lauro Campos, os "apagões" vieram provar que os novos donos não têm a competência e o espírito público necessários para ficar à frente do negócio. Ele alertou para o equívoco das privatizações no momento em que, a seu ver, o neoliberalismo está fracassando no mundo, e aproveitou para lembrar que, no Peru, o governo está cancelando as vendas de estatais.

Lauro Campos chama BNDES de "Papai Noel dos ricos" por seu comportamento nas privatizações

# Luiz Estevão propõe que profissionais liberais possam aderir ao Simples

Luiz Estevão afirma que opção de profissionais liberais pelo Simples ampliaria base de arrecadação

Em projeto de lei encaminhado à Mesa do Senado, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) propôs que os profissionais liberais que auferem até R$ 120 mil ao ano possam aderir ao Simples, sistema de tributação simplificada já oferecido a micro e pequenas empresas.

Conforme explicou Luiz Estevão na sexta-feira, esse limite de rendimentos engloba cerca de 90% dos profissionais liberais e o Simples lhes dará um tratamento tributário mais justo, trazendo para o mercado formal milhares de profissionais que, pressionados pelos altos tributos, recolheram-se à informalidade.

Tais profissionais, na opinião de Estevão, representam importante setor dentro da economia, e que tende a adquirir importância ainda maior. Por não terem um regime especial de tributação, eles têm sido obrigados a arcar com o pagamento de tributos em proporções muito superiores aos que são pagos pelas empresas, enfatizou.

A possibilidade de que esses profissionais adiram ao Simples, além de ser medida de justiça tributária, ampliará a base de arrecadação, contribuindo para a legalização de um sem número de atividades informais, argumentou o senador.

# Hartung elogia programa de modernização dos municípios

A ampliação do Programa de Modernização das Administrações Tributárias Municipais, que passa a se chamar Programa de Modernização das Administrações Tributárias Municipais e Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT), proporcionará às prefeituras, segundo o senador Paulo Hartung (PSDB-ES), a possibilidade de obter mais recursos estáveis e não inflacionários.

PMAT dá às prefeituras a possibilidade de obter recursos estáveis e não inflacionários, diz Hartung

Conforme o senador, a mudança no programa influirá na melhoria da qualidade e redução do custo na prestação de serviços pelos municípios, nas áreas de administração geral, assistência à criança e aos jovens, saúde, educação e geração de oportunidades de trabalho e renda.

Hartung disse que a intenção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o PMAT é participar ativamente do processo de reforma e aumento do nível de eficiência fiscal. Empregando hoje R$ 150 milhões em projetos que abrangem cerca de 50 municípios, o PMAT poderá aumentar substancialmente sua atuação com as alterações aprovadas, observou.

Eduardo Suplicy fez recomendação semelhante à do professor Celso Furtado

# Suplicy pede apoio de FHC a taxa sobre transações internacionais

Em ofício encaminhado ao Palácio do Planalto, e lido na sexta-feira, em plenário, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que manifeste seu apoio público à instituição de imposto sobre transações financeiras internacionais, nos moldes propostos pelo professor James Tobin, da Universidade de Yale, em New Haven, Connecticut, nos Estados Unidos. Suplicy associou-se ao professor Celso Furtado, que fez recomendação similar ao presidente.

O senador comunicou a Fernando Henrique visita feita por ele a Tobin, no dia 3 de junho, junto com a ex-deputada Marta Suplicy e o professor Roberto Mangabeira Unger. Na ocasião, Suplicy relatou recentes pronunciamentos, no Brasil, de diversos parlamentares e também do presidente, em favor da adoção daquela taxa.

*O senador elogiou proposta feita pelo professor James Tobin, da Universidade de Yale, nos EUA*

Conforme informou no ofício, Suplicy transmitiu a Tobin os convites do presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, para que faça uma palestra no Senado Federal, e do próprio Fernando Henrique, para que, em visita ao Brasil, possam reunir-se. Segundo Suplicy, o professor de Yale agradeceu, mas, por não poder ausentar-se por muito tempo da companhia de sua esposa, enferma, disse preferir que o encontro seja realizado em uma das viagens do presidente aos EUA.

– Considero importante que Vossa Excelência esteja atento para o alerta feito pelo professor Paulo Nogueira Batista Jr. de que os apelos junto aos países do G-7 ou do Mercosul para que acelerem a reforma do sistema financeiro internacional e estabeleçam mecanismo de controle dos capitais voláteis não sejam uma maneira de desviar a atenção do fundamental, que está ao alcance imediato do governo, do Executivo e do Legislativo – afirmou o senador, no ofício.

Ainda na correspondência ao presidente, Suplicy reproduziu trechos de artigos de Paulo Nogueira Batista Jr. publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, nos quais o economista sugere ao governo que adote medidas para o controle rigoroso da estrutura temporal dos passivos internacionais do país, com a redução da participação de obrigações voláteis, ou de curto prazo, e para a administração cuidadosa do perfil da dívida externa de médio e longo prazos. Suplicy listou também a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de controle da balança de pagamentos e de devolução, ao Banco Central, do poder de regular, "de modo seletivo e criterioso", a entrada e saída de capitais.

## PROGRAMAÇÃO

**TV SENADO**

**HOJE**

6h30 – *Especial Unip* – Assunto: Reabilitação Neuropsicológica
6h55 – *Senado em Pauta*
7h – *Saúde Todo Dia* – Atividade: Yoga
7h30 – *Especial Unip* – Reabilitação Neuropsicológica
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *Entrevista* - O senador Lúcio Alcântara fala sobre Bioética
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Especial* – Última parte do Seminário sobre Transgênicos e Clonagem
12h30 – *Entrevista* – O senador Lúcio Alcântara fala sobre Bioética
13h – *Cores do Brasil* –- Em destaque: Campina Grande
13h30 – *Cidadania* – O senador Edison Lobão e o procurador de Justiça Eduardo Sabo falam sobre a nova Lei das ONGs
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 – *Entrevista* – O senador Lúcio Alcântara fala sobre Bioética
19h30 – *Cidadania* – O senador Edison Lobão e o procurador de Justiça Eduardo Sabo falam sobre a nova Lei das ONGs
20h30 – *Entrevista* – O senador Lúcio Alcântara fala sobre Bioética
21h – *Jornal do Senado*
21h15 – *Cidadania* – O senador Edison Lobão e o procurador de Justiça Eduardo Sabo falam sobre a nova Lei das ONGs
21h55 – *Senado em Pauta*
22h – Sessão Plenária (reapresentação)

# "Ninguém ganha numa guerra estúpida", diz Távola

## Senador condena debates "futebolizados" sobre quem teria vencido o conflito na Iugoslávia e exalta a política como busca de entendimento

Se as cenas da população iugoslava comemorando o fim da guerra, transmitidas em todas as televisões, foram comoventes, os debates com especialistas em política internacional foram, na opinião do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), "futebolizados" por considerações em torno de quem, afinal, teria ganho a guerra.

– Quem ganha numa guerra estúpida? Ninguém. Todos perderam – disse, enfatizando que, além dos kosovares e dos sérvios, perdeu o mundo todo, que viu instalar-se, acima do Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma máquina de guerra mobilizada pelos interesses das indústrias bélicas.

Artur da Távola ataca indústrias bélicas

É isso que, segundo Távola, passou despercebido no volume de notícias e entrevistas sobre a guerra na Iugoslávia: a cisão grave na ordem internacional, representada "pelo estabelecimento de um poder paralelo", acima da ONU, que instrumentaliza o poder – "e a incompetência" – da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) para interferir em questões internas seculares de um país, como ocorreu na Iugoslávia.

A evidência das comemorações, acrescentou o senador, é que nelas "estava o cerne da questão da paz: a população que sempre paga pelos delírios dos donos do poder". As cenas transmitidas na última quinta-feira também teriam mostrado que, nos festejos, estavam pessoas que nada têm a ver com a Otan, Bill Clinton, Slobodan Milosevic, limpeza étnica, ou quaisquer outras autoridades ou organismos e seus motivos.

Para o senador, são poucas as pessoas que compreendem a política, "a arte de impedir guerras, tanto as que resultam em violências internas como as que confrontam países armados". A política, reiterou, é a busca do entendimento até o último instante e só isso justifica sua existência, "daí ela ser uma das artes mais complexas do nosso tempo". E é por exercitar ao máximo a conciliação através do debate que a política é, também, tão mal compreendida, acrescentou.

– A política impede que a paixão em estado puro predomine sobre o discernimento, a inteligência e a harmonia – enfatizou, dizendo que política não combina com poderes militares, muito menos paralelos, mobilizados por interesses econômicos que predominam sobre os interesses de vida.

# Jefferson Péres apóia ação da Otan

O governo iugoslavo é o único responsável pela guerra em Kosovo. A afirmação foi feita pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), ao discordar na sexta-feira do que classificou como "cegueira" de alguns setores da esquerda, que dão sustentação ao "ditador" Slobodan Milosevic apenas para "satanizar" os Estados Unidos. O senador não concorda com a comparação que esses setores da esquerda fazem entre a intervenção passageira da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em Kosovo e as guerras imperialistas do passado. "Eram guerras de conquista. A Otan procurou evitar que kosovares fossem massacrados", afirmou.

Para Jefferson Péres, o massacre e a expulsão de milhares de albaneses para a Macedônia são motivos suficientes para justificar a intervenção da Otan e descaracterizar o conflito como sendo um assunto interno da Iugoslávia. O senador acredita que, se não houvesse a intervenção militar em Kosovo, as grandes potências estariam agora sendo acusadas pelas mesmas pessoas de terem deixado de intervir por não haver interesses econômicos na região. Segundo Jefferson Péres, a guerra teve caráter humanitário porque "vai acabar com uma política sistemática de extermínio da etnia albanesa".

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse estar surpreso com a manifestação de Jefferson Péres e que tem "restrições enormes aos Estados Unidos e até um pouco de inveja" pela força da economia, mas considerou um absurdo o título de "polícia do mundo". Para Simon, Milosevic é um "facínora, um monstro", mas o senador não concorda com a intervenção da Otan. Para o senador Bello Parga (PFL-MA), é preciso deixar claro que a intervenção foi da Otan, uma organização supranacional, e não dos EUA.

Jefferson Péres julga o governo iugoslavo como único responsável pela guerra no Kosovo

Em aparte a discurso do senador Tião Viana (PT-AC), Pedro Simon continuou a controvérsia e acusou os EUA de agirem de acordo com os seus interesses. "Tem momentos em que os americanos acham que é uma barbárie, tem momentos que não", disse, em referência ao estímulo dado pelos EUA às atrocidades cometidas por regimes militares no Chile, Argentina, Brasil e Uruguai.

O senador gaúcho alertou para o fato de a Otan e os EUA terem desmoralizado a Organização das Nações Unidas (ONU). "Amanhã, esses mesmos argumentos podem ser usados contra a Amazônia. Dizer que os americanos promoveram a paz é um absurdo", criticou.

# Ademir Andrade lembra que Milosevic continua no poder

Ao comentar o fim da guerra da Iugoslávia, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse não saber quem ganhou ou quem perdeu a guerra, depois de 72 dias de conflito que chocou o mundo todo. Mas, segundo ele, uma coisa é certa: o presidente Milosevic conseguiu ser atendido em várias propostas no acordo de paz e continuará a governar o país, com amplo apoio popular.

Ademir Andrade disse não entender como Milosevic possa ser chamado de ditador

O senador não entende como um governante, como Milosevic, pode ser chamado de ditador. É que durante o conflito, nenhuma entidade civil organizada, políticos, forças armadas ou a própria população se levantou contra o presidente, que enfrentava as forças da Otan.

Luiz Otávio: só 20% dos recursos recebidos pelas ONGs chegam ao país

# Luiz Otávio questiona ação de ONGs no Brasil

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) afirmou, sexta-feira, que as organizações não-governamentais (ONGs) "estão em xeque no país", pois mobilizam "um exército de 200 mil pessoas e manipularam mais de R$ 1 bilhão nos últimos 10 anos", sem prestar contas desses recursos. O parlamentar disse que tem um compromisso com o "desenvolvimento, a geração de empregos e a preservação ambiental na região amazônica", muitas vezes em confronto com a atuação dessas entidades.

No entender do senador paraense, as ONGs são "odiadas por governantes mundo afora, por se intrometerem em assuntos de Estado". E, no caso brasileiro, elas estariam particularmente em xeque porque "têm-se utilizado das fragilidades do Brasil em setores sensíveis, como o desrespeito aos direitos humanos, a devastação da floresta amazônica, o genocídio dos índios e as chacinas de meninos e meninas de rua, para arrecadar milhões de dólares em doações no exterior".

Luiz Otávio acrescentou que a maior parte desses recursos, no entanto, jamais chegou ao país:

– Foram usados por essas ONGs internacionais para manterem a infra-estrutura de suas sedes na Europa e nos Estados Unidos.

O senador citou avaliação do ex-embaixador do Brasil junto à União Européia, em Bruxelas, Jório Dauster, atualmente presidente-executivo da Companhia Vale do Rio Doce, para quem somente 20% dos recursos arrecadados por essas organizações em campanhas no exterior chegam ao Brasil.

No Departamento Econômico do Banco Central, a justificativa para a falta de controle na entrada dos "ecodólares" no país é a de que não há motivos para contabilizar as divisas que entram no país nesse nível de detalhamento, disse.

– Por isso, as remessas são registradas como doações, com o dinheiro enviado pelos dekasseguis, por exemplo – explicou Luiz Otávio, que também lembrou a ação de grupos estrangeiros nas áreas de narcotráfico e contrabando.

# Marina pede cautela no uso de produtos transgênicos

## Senadora rebate declarações do ministro Bresser Pereira, que ela qualifica como preconceituosas e pouco científicas

Em discurso feito no plenário, na sexta-feira, a senadora Marina Silva (PT-AC) criticou o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Carlos Bresser Pereira, que qualificou de "fundamentalistas" os que questionam a utilização de produtos transgênicos (geneticamente modificados) por temerem malefícios à saúde humana e ao meio ambiente.

O ministro Bresser Pereira declarou ainda, segundo a senadora, que quem questiona o uso dos transgênicos é contra a ciência e a favor da prática do vodu.

Para Marina Silva, o ministro, com essas afirmações, simplificou a discussão sobre o assunto. A senadora disse que não fica bem para um homem de governo e de ciência falar dessa maneira. Observou ainda que o ministro demonstrou preconceito contra outras crenças religiosas diferentes das cristãs, ao falar "de forma pejorativa" sobre as práticas de vodu.

Marina condena Bresser por desdenhar temores em relação aos transgênicos

A senadora afirmou que é preciso cautela ao defender a liberação dos produtos geneticamente modificados, pois as experiências científicas sobre o assunto, feitas em outros países, ainda são recentes e inconclusivas.

– Eu ainda me reservo o direito de levantar essas ponderações, embora respeite as opiniões contrárias à minha. Acho que o melhor é adotar a cautela para processos que podem se revelar irreversíveis para o meio ambiente e a saúde humana – afirmou.

# Alcântara apóia discurso da parlamentar petista

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apoiou o discurso da senadora Marina Silva (PT-AC) sobre o perigo do consumo indiscriminado de produtos geneticamente modificados, os transgênicos, assunto debatido em seminário promovido pelo Senado nos dias 8, 9 e 10. Alcântara afirmou que "viver é perigoso, mas é preciso um mínimo de cautela."

Ele observou que a humanidade vive em permanente incerteza, inclusive em relação aos avanços tecnológicos, mas lembrou casos trágicos em que aparentes avanços científicos causaram problemas sérios de saúde, como o da talidomida e o da contaminação por mercúrio, da qual a própria senadora Marina é vítima.

– O ambiente preservado é garantia de que não haverá holocausto, milhares de pessoas vítimas de contaminações. Quem defende o ambiente pode até ser fundamentalista, xiita, mas defende o mundo, faz o papel de consciência crítica da sociedade – acrescentou.

Alcântara disse que as pessoas são prisioneiras do mercado e que é preciso que haja compromissos de natureza ética. O senador afirmou também que os produtos cultivados sem agrotóxico ou com técnicas alternativas são mais caros, o que os torna um "privilégio".

Lúcio Alcântara: "É preciso um mínimo de cautela"

Em aparte, Marina informou que não há recursos para pesquisas na área de agricultura orgânica.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou que no Espírito Santo é comum encontrar estandes de verduras sem agrotóxicos e criadas com adubo orgânico.

# Lucro não pode prevalecer sobre a saúde, diz Viana

Motivado pelo debate promovido pelo Senado Federal sobre os alimentos transgênicos, o senador Tião Viana (PT-AC) pediu na sexta-feira que o país tenha responsabilidade e privilegie o rigor científico antes de liberar a produção e comercialização desses alimentos.

Tião Viana cobra "maior rigor" na fiscalização de alimentos no Brasil

– Ninguém pode dizer que é contra essa revolução tecnológica que pode eliminar agrotóxicos, melhorar a obtenção de produtos vegetais e animais, aumentar a produção e o alcance de consumo da população. Mas não podemos tomar uma atitude impensada ou precipitada a esse respeito – afirmou.

Para Viana, a saúde da população e a preservação do meio ambiente antecipam-se à questão de mercado. Como exemplo, o senador citou a indústria farmacêutica, que obedece a critérios e prazos até liberar produtos para o consumo da população.

Quanto à transferência de conhecimentos da engenharia genética para a produção de alimentos, Viana acredita que os estudos ainda são incipientes e precisam de maior rigor.

O senador louvou a posição adotada pela União Européia e a Academia Britânica de Medicina, que pediram uma moratória para realizar mais estudos sobre agravos para a saúde humana e o meio ambiente antes de liberarem os transgênicos, em oposição aos Estados Unidos, que defendem a comercialização desses produtos imediatamente.

A iniciativa do Ministério da Saúde de delegar a fiscalização de produtos transgênicos à Fundação Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, também foi elogiada pelo senador, por se tratar de um centro de excelência acadêmica.

Viana alertou para problemas que podem advir de uma liberação inconseqüente de produtos genéticos pelo Brasil, que "não consegue sequer erradicar a febre aftosa", o que acarreta enormes prejuízos para o país.

O senador lembrou as dificuldades enfrentadas pela Bélgica, que recentemente identificou produtos de origem animal intoxicados pela dioxina, substância que provoca tumores, além de alterações congênitas, na pele e no sistema imunológico. "O lucro não pode se sobrepor à responsabilidade da ciência de resguardar a saúde da população", disse.

# Alberto Silva prevê bons negócios entre a China e o PI

A China pode fazer um bom negócio vendendo máquinas para o Brasil e comprando soja do Piauí. A opinião é do senador Alberto Silva (PMDB-PI), que recebeu na última terça-feira em seu gabinete o empresário chinês Gu Ji.

Alberto Silva: Piauí deverá exportar soja para a Ásia

Interessado em negócios com o Brasil, Gu Ji está em Brasília acertando detalhes sobre a participação de empresários chineses no desenvolvimento do cerrado piauiense. Segundo Alberto Silva, o Porto de Itaqui, no Maranhão, será o grande trampolim para a comercialização de toda a produção piauiense, incluindo-se aí soja, milho e arroz, que se destinariam aos mercados da China, Japão, Coréia, Cingapura e Rússia.

O senador esclareceu que o Piauí vai precisar de máquinas e implementos agrícolas, fertilizantes e defensivos para realizar esse projeto. Como a China precisa de grãos, ele acredita que o país "fará um bom negócio vendendo máquinas e comprando soja piauiense".

# Manoel de Barros lança livro no Salão Negro

O poeta sul-mato-grossense Manoel de Barros lançará o seu mais recente trabalho no próximo dia 16, às 18h30, no Salão Negro do Congresso. Além do lançamento do livro, cujo título é *Para Encontrar o Azul eu uso os Pássaros – O Pantanal por Manoel de Barros*, o evento contará com uma exposição de fotos, degustação de iguarias típicas do Pantanal, distribuição de material ligado à ecologia, além da presença da atriz Cássia Kiss recitando poemas do autor.

O lançamento do livro de Manoel de Barros é o evento principal da programação que uma comitiva cultural de Mato Grosso do Sul está levando para algumas cidades brasileiras. Depois de Brasília, os artistas seguirão para Fortaleza e Salvador. No próximo semestre, a delegação seguirá para São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Além do poeta, também integram o grupo a editora Iracema Sampaio, os jornalistas Mário Ramirez e Tahís Costa e o fotógrafo Asa Roy.

**A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ademir Andrade, Carlos Patrocínio e Nabor Júnior**